MODELO DE PETIÇÃO

AÇÃO DECLARATÓRIA INEXISTÊNCIA DÉBITO.

DANOS MATERIAL E MORAL. DESCONTOS INDEVIDOS. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INICIAL

Rénan Kfuri Lopes

(nome, qualificação, endereço, CPF e e-mail), por seu advogado *in fine* assinado, *ut* instrumento de procuração anexo (doc. n. ...), vem, respeitosamente, perante V. Exa., propor a presente AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS E PEDIDO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA, em face de (nome, qualificação, endereço, CNPJ e e-mail), (nome, qualificação, endereço, CNPJ e e-mail), (nome, qualificação, endereço, CNPJ e e-mail) e (nome, qualificação, endereço, CNPJ e e-mail), pelas seguintes razões de fato e direito adiante articuladas:

**I. DA JUSTIÇA GRATUITA**

1. A Requerente pede a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita nos termos das Leis n. 1.060/50, do art. 98 e seguintes do CPC e do art. 5º, LXXIV da Constituição Federal, vez que não possui condições de arcar com custas, encargos e despesas decorrentes de quaisquer medidas ou ações judiciais ou extrajudiciais, conforme declaração anexa (doc. n. ...).

**II. DOS FATOS**

2. A autora é possuidora do benefício previdenciário de número ..., da espécie de pensão por morte.

3. Recentemente ao analisar o histórico de seu benefício, a autora notou alguns descontos indevidos referentes à “Contribuição ...”.

4. Acontece que a requerente NUNCA contratou o referido serviço, ou sequer autorizou que fossem realizados quaisquer descontos em seu benefício previdenciário.

5. A autora indagou os funcionários do INSS sobre os motivos dos descontos, ao passo que não souberam informar, aconselhando-a a entrar em contato direto com a requerida através de seus atendimentos “*call centers*”.

6. Em virtude disso, a autora entrou em contato com a autarquia através de seus atendimentos “*call centers*”, buscando esclareci8mentos sobre os descontos indevidos realizados em seu benefício previdenciário.

7. Assim, buscou a autora, por diversas vezes, junto a requerida solucionar amigavelmente a situação, visando a restituição dos descontos indevidos realizados em seu benefício previdenciário, uma vez que estes não foram por ela autorizados, todavia, todas as tentativas restaram-se infrutíferas, sendo a requerente sempre tratada com descaso pela autarquia ré.

8. No caso em comento, a requerente pleitea pela inexistência de vínculo entre as partes com consequente exclusão/cancelamento definitivo do desconto realizado pela requerida, uma vez que nunca foi da vontade da autora anuir com tal desconto, sendo, portanto, medida que se impõe ser declarada a inexistência de relação jurídica e suas consequências jurídicas.

9. Desse modo, a autora busca a tutela judicial para que seja ressarcida dos prejuízos materiais e morais suportados diante da negligência da requerida.

**III. DA APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

10. Apesar de os supostos contratos não existirem, a aplicação do Código de Defesa do Consumidor se mostra necessária, a partir do entendimento do dispositivo do artigo 3º, § 2º do CDC, por equiparação.

11. Assim, é conclusivo que a parte requerente, valendo-se do seu *status* de consumidora, é parte hipossuficiente da relação de consumo havida com a requerida, razão pela qual não pode ficar à mercê delas e de suas abusividades.

12. Dessa forma, no presente caso é de rigor a aplicação das normas e princípios previstos no Código de Defesa do Consumidor.

**IV. DA PRÁTICA COMERCIAL ABUSIVA**

13. Como já exposto anteriormente, nunca houve a contratação dos serviços da requerida, sendo desconhecido pela autora tudo da referida contratação.

14.